


Apresentação do dossiê *Cristianismo na contemporaneidade: sociedade, política e cultura*


RITA MENDONÇA LEITE* | LUÍS LEAL**



* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal.
Centro de História, Universidade de Lisboa

 <https://orcid.org/0000-0003-2344-0554>

** Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

 <http://orcid.org/0000-0002-9938-2939>

Reúne-se neste dossiê da *Lusitania Sacra* um conjunto de textos, de géneses múltiplas, mas cujas temáticas e problematizações se poderão albergar sob uma perspetivação em torno da problemática do *Cristianismo na contemporaneidade: sociedade, política e cultura*. Neste sentido, e embora não resultem de uma chamada previamente definida, a organização e combinação aqui proposta permite a constatação de que os respetivos resultados de investigações se revelem temática e cronologicamente convergentes. Versando sobre a história da presença e ação cristã no período contemporâneo, os artigos aqui reunidos assumem diferentes enfoques, recorrendo também a diferentes tipologias documentais, dando conta de uma diversidade ampla, quer das diferentes correntes cristãs, quer das diferentes geografias do cristianismo, quer ainda das interseções deste com os múltiplos contextos e dinâmicas histórico-sociais em que se inscreve e de que é igualmente agente ativo ou mesmo protagonista.

Assim, no contexto do revivalismo protestante oitocentista, dinamizado a partir do espaço norte-americano, Alexandra Vidal, José António Afonso e António Manuel S. P. Silva (p. 15-33) acompanham o surgimento de um movimento de circulação transnacional centrado na noção de *Christian Endeavor*, donde surgiriam, em Portugal, as *Ligas de Esforço Cristão*, uma dinâmica associativa inaugurada já nos inícios do século XX. Começando por situar o leitor nas origens do protestantismo português, os autores detêm-se sobre a problemática do enquadramento da juventude no contexto das comunidades evangélicas nascentes, destacando os objetivos

de moralização e reforma social, complementados pelas componentes lúdica e educacional, que estiveram na base do projeto das *Ligas de Esforço Cristão* (p. 23). Nascidas no seio de um protestantismo que era já plural, conforme bem demonstram os autores, aquelas associações implementaram-se, por um lado, como dinâmica interdenominacional, tendo gerado também, por outro, movimentos de natureza federativa como a *União Portuguesa do Esforço Cristão* (p. 26). Simultaneamente, nesse âmbito, valoriza-se a especificidade de cada uma daquelas associações, destacando-se neste artigo o papel da Sociedade do Esforço Cristão do Prado, em Vila Nova de Gaia, com um percurso profusamente documentado (p. 29) e analisado como «microuniverso» de entrada para a tão necessária história social do protestantismo em Portugal.

Amaro Carvalho da Silva, situando-se na mesma cronologia – a da transição do século XIX para o século XX – analisa, por sua vez, a problemática da organização de uma estrutura partidária católica alternativa ao Partido Legitimista no final da Monarquia Constitucional em Portugal (p. 35-59). Começando com um enquadramento amplo daquilo que designa como «o catolicismo político», solidamente fundamentado na análise dos documentos do Magistério, o autor reflete sobre a conflituosidade do universo do catolicismo romano português dos finais do século XIX quer no campo ideológico quer institucional quer, enfim, político (p. 41). Nesse contexto, procura seguidamente acompanhar as diferentes etapas e dinâmicas organizativas conducentes à constituição de um partido católico que se procurou estruturar como campo alternativo ao legitimismo miguelista, um percurso dinamizado por diferentes modelos organizativos, vários protagonistas e dirigentes, propostas doutrinárias diferenciadas e algumas controvérsias: as Associações Católicas, a União Católica, o nacionalismo católico e o «apostolado católico-político», os Centros Católicos, o Centro Católico Parlamentar, os Centros Nacionais e o Partido Nacionalista (p. 49). Essa análise sobre os antecedentes do Centro Católico Português constitui, portanto, em simultâneo, uma reflexão sobre o papel da intervenção cívica dos católicos durante o período liberal.

A imprensa foi, precisamente, um dos instrumentos privilegiados por muitos destes organismos como meio de divulgação dos respetivos ideários, dinamismo que se revestiu de particular efervescência no período da I República onde a mesma se constituiu, não raras vezes, em espaço de reação crítica e aceso debate em torno das propostas transformadoras da realidade social, política, cultural e religiosa concidentes ao ideário republicano. Neste quadro, a “imprensa católica” apresenta-se como um muito interessante e deveras revelador horizonte de compreensão quer dos dinamismos societários quer das tensões entre as cosmovisões então em presença, facto bem demonstrado pelo estudo de Paulo F. de Oliveira Fontes e Nuno Estevão Ferreira em torno do jornal portuense *Liberdade* (1914-1919) (p. 61-100).

Elegendo esta publicação como «estudo de caso» (p. 62) da forma como a conjuntura político-religiosa (nacional e internacional) e a intervenção portuguesa na I Guerra Mundial são tratados neste tipo de publicações, os autores permitem uma aproximação a este jornalismo “de intervenção” e de «mobilização política dos católicos» (p. 62) que, apesar de «estruturado a partir de meios tecnológicos escassos e com elevado grau de informalidade» (p. 62), apresentam uma “lógica” (fundacional e argumentativa) muito específica: ser «um instrumento de um grupo de católicos para combater na opinião pública a I República, sobretudo a visão do novo regime acerca das relações entre o Estado e a Igreja» (p. 81), permitindo assim, através de tal análise, «evidenciar os principais tópicos da agenda católica no debate político nacional» (p. 99) e, mais concretamente, aquela que foi a leitura da participação portuguesa na I Guerra Mundial e das respetivas consequências.

Ainda sob este tópico das intervenções e posicionamentos públicos dos católicos na sociedade (e também no que à defesa da paz diz respeito), o texto de Marta Eugenia García Ugarte (p. 101-147) é particularmente esclarecedor. Analisando em pormenor as posições assumidas pelas autoridades episcopais, jovens católicos, movimentos partidários e iniciativas jornalísticas diante das lutas estudantis que tiveram o seu clímax no “massacre de Tlatelolco” (2 de outubro de 1968) na cidade do México, a autora situa as diversas interpretações (também historiográficas) dos ditos acontecimentos, destacando a relevância do movimento estudantil e daquelas lutas como «uno de los eventos significativos de la segunda mitad del siglo XX» (p. 109) e que verdadeiramente transformou a «cultura política, social y religiosa del país» (p. 109). Neste quadro, e como que refutando a “tese oficial” segundo a qual as referidas manifestações resultariam de uma “influência exógena”, de pendor marxista-comunista, que visava unicamente «desestabilizar a México, en el contexto de la celebración de los juegos olímpicos en el país» (p. 102), a autora mostra, por outro lado, o peso e o profundo significado que, numa época tão densamente marcada por transformações políticas, culturais e religiosas, tiveram o «silencio de la jerarquía ante el movimiento estudiantil de 1968 y la adopción de la justificación oficial» (p. 139). No seu estudo, portanto, ecoam alguns relatos de tais episódios e, de forma mais significativa, as vozes “contracorrente” a tal hermenêutica histórico-religiosa, entre as quais merecem destaque as de D. Sergio Méndez Arceo (então bispo de Cuernavaca e caso único entre o episcopado mexicano a contrariar a posição maioritária) e as de congregações religiosas como os «jesuitas, dominicos y lasallistas» (p. 146) que, à época, tomaram o partido não só das reivindicações como também do desânimo dos jovens católicos.

João Miguel Almeida (p. 149-174) apresenta-nos, por seu turno, um «contributo inicial para uma biografia de contexto» (p. 70) de D. Alexandre Nascimento (1925-), «padre mal visto pelo Estado Novo» (p. 70), depois bispo de Malanje (1975) e

arcebispo Metropolitano de Lubango (1977), «primeiro angolano a receber o título de cardeal» (p. 172) (1983), arcebispo de Luanda (1986-2001) e «figura de referência na Igreja Católica (...), no Estado e na sociedade angolana, e em muitas instâncias internacionais» (p. 150). O percurso biográfico do prelado malanjino, definido como «homem de cultura» (p. 152), dotado de reconhecidas qualidades intelectuais, mas sobretudo «homem da Igreja» (p. 173) e «cidadão angolano» (p. 153), é aqui apresentado no quadro mais vasto das relações (e mútuas interpelações e transformações) entre o catolicismo e a sociedade angolana, «desde o pontificado de Pio XII à atualidade, desde o período colonial ao período pós-colonial, mostrando a ação da Igreja católica no período da guerra civil e no processo de paz em Angola» (p. 152). Tendo como fonte o seu *Diário* e como «fio condutor» (p. 152) da respetiva hermenêutica ora a associação ora a diferenciação em relação aos percursos de outros padres angolanos daquele mesmo período, o autor ilustra a «intervenção transformadora» (p. 150) de Alexandre Nascimento, quer no período “quente” da guerra civil, quer já no âmbito dos processos de transição e de posterior consolidação da independência. Com efeito, no «final da década de 1950, o padre Alexandre Nascimento é uma das vozes escutadas pelos jovens nacionalistas angolanos» (p. 156), conhecido por assinar artigos situados «nas margens do tolerável pela censura, [com] críticas ao pensamento dominante que associava a evangelização a um projeto civilizador português e europeu» (p. 155), postura que o tornava alvo da vigilância da PIDE, para quem constituía «juntamente com o padre Joaquim Pinto de Andrade, um dos “principais orientadores e fomentadores das atividades [separatistas]”» (p. 157) e que determinou o seu «exílio forçado» (p. 161-165) em Lisboa a partir de 1961. Deste período, são relevados a sua colaboração pastoral com outros padres críticos do regime (Felicidade Alves e Alberto Neto) bem como os seus encontros com múltiplas figuras da cena político-cultural coeva e com quem partilhava dos mesmos ideais de liberdade e independência (João Cravinho, Nuno Teotónio Pereira, Natália Duarte Silva, Nuno Bragança, Eng.º Carlos Portas, entre outros) cujas lutas (v. g. crise académica de 1962) também acompanhou de perto. Mais tarde, já em Luanda e com o processo de transição para a independência em curso, são realçadas as suas capacidades diplomáticas nos múltiplos encontros com responsáveis políticos angolanos (Lúcio Lara, Domingos Van-Dúnem, Eng.º Manuel Resende, entre outros) bem como a firmeza das suas posições, mesmo quando teve que enfrentar a oposição de irmãos do episcopado (D. Manuel Nunes Gabriel, «arcebispo de Luanda durante a transição do período colonial para o da independência» (p. 169) que discorda do seu “projeto” para a Igreja Angolana nesse conturbado período). Com o advento da independência, é a justa defesa do seu bom nome «indevidamente envolvido nas polémicas e guerras de informação entre MPLA e UNITA» (p. 172), a sua prisão (pela UNITA)

e, “apesar de tudo”, a sua postura conciliadora (comentando as circunstâncias e a interpretação pessoal do seu cativo, dirá: «“O meu papel é unir. Não gostaria que uma afirmação minha prejudicasse qualquer das partes. Sou irmão de todos e ministro da reconciliação”» - p. 172) que sobressaem no perfil aqui traçado, tornando-se assim, como bem regista o autor do artigo, «revelador de uma personalidade e das relações institucionais dinâmicas entre Estado e Igreja Católica em Angola, na transição do colonialismo português para a independência. (...) A sua trajetória atesta a capacidade da Igreja católica de promover lideranças com presença na cultura e na sociedade, quer a nível nacional, quer internacional, e de dialogar com outras instâncias de poder» (p. 174).

Sumariamente apresentados os textos do dossiê em presença, poderemos mais facilmente constatar que a multiplicidade genésica a que inicialmente aludimos deu lugar a uma perspetiva geográfica e tematicamente alargada daquelas concretizações históricas com que o cristianismo se reveste e assume na época contemporânea, realidade multifacetada que aqui encontrou alguns dos seus mais relevantes contornos e que, “*a fortiori*”, só nos poderá conduzir a outros tantos horizontes de compreensão. Que nestas interseções temáticas se vislumbram também novos e sempre enriquecedores paradigmas hermenêuticos é forte convicção dos coordenadores a quem cumpriu a gratificante tarefa de organizar e apresentar este dossiê.